

II ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM SOCIAL E ECONÔMICA E REGULAÇÃO

MARCUS FIRMINO SANTIAGO

VERONICA LAGASSI

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza - UFMG/PUCMG - Minas Gerais

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Secretário Executivo - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - Unimar/Uninove - São Paulo

Representante Discente - FEPODI

Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. Aires José Rover - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva - UDF - Distrito Federal (suplente)

Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa - UENP - São Paulo (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - Ceará

Prof. Dr. José Barroso Filho - UPIS/ENAJUM - Distrito Federal

Relações Internacionais para o Continente Americano

Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas - UFG - Goiás

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato - Unipê/UFPB - Paraíba

Eventos:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Unifor - Ceará

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Comunicação:

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

T772

Transformações na ordem social e econômica e regulação [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Marcus Firmino Santiago ; Veronica Lagassi – Florianópolis: CONPEDI, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-243-9

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito, pandemia e transformação digital: novos tempos, novos desafios?

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Ordem social. 3. Regulação. II Encontro Virtual do CONPEDI (2: 2020 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito
Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

II ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM SOCIAL E ECONÔMICA E REGULAÇÃO

Apresentação

O ano de 2020 segue trazendo obstáculos e desafios. Ninguém ficou à margem da pandemia que assola o globo e afeta diretamente os espaços social, político, econômico ou jurídico. Porém, para alguns, as dificuldades têm sido maiores. A pandemia é desigual.

Esta realidade não passou despercebida pelos pesquisadores que se reuniram no Grupo de Trabalho Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação, no dia 05 de dezembro, no âmbito do II Encontro Virtual do Conpedi. Cada um em sua casa, todos juntos em um diálogo rico e construtivo, permeado por reflexões extremamente relevantes e que ajudam a compreender o mundo de hoje e pensar o de amanhã.

Como de hábito nos encontros do Conpedi, praticamente todas as Regiões brasileiras se viram representadas, em um amálgama plural e, ao mesmo tempo, uníssono na preocupação em construir um pensamento jurídico socialmente orientado.

Os artigos apresentados podem ser agrupados em dois eixos de discussão que, em conjunto, permitiram um debate abrangente sobre diferentes e relevantes temas relacionados ao Direito e Economia.

Um primeiro teve por foco debates sobre o papel do Estado e análises acerca de suas deficiências enquanto garantidor dos direitos fundamentais e dos interesses coletivos, quadro que se evidencia enfaticamente diante da crise sócio econômica trazida pela pandemia.

Neste conjunto, foram apresentados estudos sobre:

a) A natureza do modelo neoliberal de Estado e a preponderância de um mercado que depende profundamente da ação estatal para garantir suas liberdades e reforçar sua capacidade de dominação sobre os espaços produtivos, em especial as relações de trabalho (Regulação do trabalho, neoliberalismo e pandemia);

b) A força das empresas e a fragilidade dos Estados no contexto da expansão globalizante, com destaque para a busca por vantagens competitivas em detrimento da proteção às pessoas, a limitar a abrangência dos sistemas regulatórios nacionais (Crise do estado-nação: impactos fiscais frente à globalização econômica);

c) O desafio de construir uma ação integrada e cooperativa entre os países para enfrentar a pandemia do Covid-19, o que não ocorreu, mostrando a fragilidade de Estados e organismos internacionais (A demagogia nas questões de enfrentamento do covid-19 em âmbito internacional e o paradoxo da ineficácia de políticas públicas);

d) O papel da OMS como reguladora global de políticas de saúde pública, suas condutas e deficiências, com destaque para a fragilidade dos parâmetros jurídicos adotados pela OMS para coordenar as ações dos países, face à não vinculatividade de suas medidas (A covid-19 no contexto da saúde global: uma análise sobre a efetividade da Organização Mundial da Saúde e de suas normas);

e) A tibieza do sistema protetivo, em especial o marco civil da internet, diante da disseminação das fake news, fenômeno que tem feito com que a primazia tradicionalmente conferida à liberdade de expressão passe a ser sopesada (Bases principiológica e conceitual sobre o fenômeno da desinformação e da “fake news”: conflito entre a liberdade de expressão e a privacidade na sociedade da informação);

f) A natureza jusfundamental da privacidade e os desafios trazidos pela revolução tecnológica, com sua enorme disseminação na circulação de dados pessoais, dados que viram uma espécie de capital para as empresas (A proteção de dados pessoais: função social e atendimento da finalidade da ordem econômica);

g) A digitalização das relações sociais, fenômeno que promove uma aproximação crescente entre pessoas e máquinas, pela via da presença cada vez mais constante da inteligência artificial, e que traz a questão: quais os limites para a possibilidade de apreensão da vontade humana? (Inteligência artificial e repercussão em direitos fundamentais: relações com integração, autonomia e digitalização da sociedade);

h) A ausência de um sistema normativo internacional de controle sobre as práticas das empresas transnacionais e os freios que estão previstos na Constituição brasileira e que funcionam como garantia de respeito à função social que a atividade econômica deve ter (Empresa e sua função social à luz da Constituição Federal);

i) A importância de as decisões jurídicas e econômicas serem embasadas em análises abrangentes, que consigam considerar os vários riscos em jogo e a necessidade de as decisões serem tomadas de forma transparente e isonômica (Coronavírus e premissas das decisões judiciais: risco, provisoriedade e falta de um cenário macro);

j) A busca por equilibrar o direito à educação com a proteção à saúde, de forma adequada às necessidades de estudantes com deficiência, dificuldades que se conectam primordialmente à capacidade de docentes e discentes lidarem com estes alunos, sendo esta a maior barreira à aplicação das normas já existentes voltadas a assegurar a inclusão (A sala de aula invertida e a inclusão das pessoas com deficiência no ensino jurídico em tempos de pandemia);

k) O conceito e as origens do patrimonialismo, tradição arraigada no Estado brasileiro, e sobre as normas jurídicas voltadas a coibi-lo (As raízes do patrimonialismo no Brasil e suas consequências no estado contemporâneo).

O segundo eito temático contemplou estudos mais focados em aspectos regulatórios, mas que nem por isso deixaram de ressaltar a preocupação com as necessidades sociais e os impactos que as decisões estatais produzem sobre a vida das pessoas.

Aqui se encontram artigos que tratam:

a) Das alterações regulatórias trazidas para o sistema financeiro diante das necessidades sociais criadas pela pandemia, como o acesso ao auxílio emergencial, e a expansão da bancarização (A pandemia como fator de incentivo à digitalização do sistema financeiro nacional);

b) Das variáveis em discussão nas PECs que objetivam promover a reforma do sistema tributário e seus potenciais impactos sobre o segmento dos produtores e consumidores de leite (Breves comentários sobre os impactos da reforma tributária no segmento dos lácteos);

c) Da nova regulamentação aplicada aos alimentos de origem animal, com ênfase para as repercussões sobre o setor lácteo, com destaque para a crítica à ausência de debates antecedentes à edição do decreto (Comentários ao Decreto nº 10.478/2020);

d) Da relação entre setor de distribuição de energia elétrica e de comunicações, em uma análise dos marcos regulatórios aplicáveis ao compartilhamento de infraestrutura pelos dois setores (O fenômeno do compartilhamento dos postes à luz de ferramentas da análise econômica do direito);

e) Da contabilidade gerencial como ferramenta necessária a todos os envolvidos com a gestão empresarial, de modo a permitir um melhor planejamento tributário (O princípio da não-cumulatividade como ferramenta do controller);

f) Do sistema nacional de vigilância sanitária, abrangendo as diversas etapas que envolvem o processo de aprovação de novos medicamentos e da sua disponibilização aos consumidores, enfatizando a importância do controle regulatório como proteção ao ser humano (Política regulatória das boas práticas de fabricação como mecanismo de garantia de qualidade e segurança dos medicamentos no Brasil);

g) Da natureza extrafiscal do ICMS e seu uso como instrumento para incentivar ou desestimular o consumo a fim de defender a modulação da sua alíquota como mecanismo de política pública para assegurar melhor acesso a produtos essenciais e combater a desigualdade (Princípio da seletividade no ICMS com aplicação ao gás liquefeito de petróleo: uma análise da importância para a redução das desigualdades sociais).

Em seu conjunto, os artigos que compõem esta coletânea abarcam inúmeras questões essenciais ao estudo do Direito e Economia e permitem aos leitores ter acesso a reflexões densas sobre problemas extremamente atuais e relevantes. Aproveitem a leitura!

Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago

Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP

Prof.^a Dr.^a Verônica Lagassi

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Nota técnica: Os artigos do Grupo de Trabalho Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação apresentados no II Encontro Virtual do CONPEDI e que não constam nestes Anais, foram selecionados para publicação na Plataforma Index Law Journals (<https://www.indexlaw.org/>), conforme previsto no item 7.1 do edital do Evento, e podem ser encontrados na Revista Brasileira de Filosofia do Direito. Equipe Editorial Index Law Journal - publicacao@conpedi.org.br.

BASES PRINCIPIOLÓGICA E CONCEITUAL SOBRE O FENÔMENO DA DESINFORMAÇÃO E DA “FAKENEWS”: CONFLITO ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A PRIVACIDADE NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

PRINCIPIOLOGICAL AND CONCEPTUAL BASES ON THE PHENOMENON OF DISINFORMATION AND "FAKENEWS": CONFLICT BETWEEN FREEDOM OF EXPRESSION AND PRIVACY IN THE INFORMATION SOCIETY

Thiago Ferreira Marcheti ¹

Resumo

O direito a liberdade de informação tem uma visão de preferência *prima facie* pelos nossos tribunais superiores em relação aos demais direitos, logo a ideia de uma análise prévia sobre o que será informado enfrenta resistência não sendo admitido como válida. É possível direcionar conteúdos de acordo com as mais diversas características que podem inegavelmente atingir a livre manifestação do pensamento. A mencionada prática é definida como desinformação, visto que propaga conteúdo falsos ou desprovido de contexto para influenciar na formação do pensamento. Essa situação acaba invariavelmente atingindo de sobremaneira direitos da personalidade a proteção de dados.

Palavras-chave: Fake news, Liberdade de expressão, Desinformação, Privacidade, Sociedade da informação

Abstract/Resumen/Résumé

The right to freedom of information has a *prima facie* preference for our superior courts in relation to other rights, so the idea of a prior analysis on what will be informed faces resistance and is not admitted as valid. It is possible to target content according to the most diverse characteristics that can undeniably reach the free expression of thought. The aforementioned practice is defined as misinformation, since it propagates false or contextless content to influence the formation of thought. This situation invariably ends up affecting data protection rights of personality.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Fake news, Freedom of expression, Disinformation, Privacy, Information society

¹ Bacharel em Direito pela ITE/SP e MBA em Direito Empresarial pela FGV, cursa Direito da Proteção e Uso dos Dados Pela PUC/MG e é mestrando em Direito na UNIMAR.

1 INTRODUÇÃO

A liberdade de expressão é vista como um dos pilares de uma sociedade democrática, visto que com o seu exercício é dado a todos que a integram a possibilidade de acesso às mais variadas fontes de informação e opinião possibilitando, com isso, a formação de sua convicção.

Diante de tamanha importância, a mesma possui previsão tanto na Declaração Universal de Direitos como na Constituição Federal, quando esta elencou a livre manifestação do pensamento como um direito fundamental tanto em seu artigo 5º, IV como no 220 ao dispor sobre a liberdade jornalística.

A doutrina pátria, considerando a influência no processo democrático, no que pese a inexistência de um direito fundamental absoluto defende a existência de uma primazia relegando ao direito de resposta, indenização e até a responsabilidade criminal quando o ato violar postulados de igual importância.

O Supremo Tribunal Federal, seguindo essa linha de entendimento, julgou inconstitucional a Lei de Imprensa na ADPF 130, tendo, inclusive, na ementa do acórdão destacado que o exercício abusivo da liberdade de expressão não pode ser motivo para ser cerceada: “Repita-se: não é jamais pelo temor do abuso que se vai proibir o uso de uma liberdade de informação a que o próprio Texto Magno do País após o rótulo de “plena” (§ 1 do art. 220).

No entanto com o desenvolvimento da tecnologia influenciando de maneira significativa o modo pela qual a informação é criada e consumida, visto que com a ascensão do uso de redes sociais como o *facebook*, *instagram* e *twitter* todo e qualquer usuário passou a ter uma posição mais ativa no processo de criação e circulação do conteúdo.

Acrescente-se, ainda, que nos dias atuais as pesquisas demonstram que grande parte da população passou a utilizar as redes sociais como forma para se obter informação e consequentemente formar sua convicção.

Tudo isso aliado a velocidade com a que a informação se propagada na internet tem se mostrado potencialmente danoso para a sociedade eclodindo situações como o discurso de ódio, perseguições virtuais, cyberbullying e fakenews.

No presente trabalho busca-se se contextualizar esse cenário com o exercício de outros direitos da personalidade como a intimidade e a privacidade na rede propondo uma necessária reflexão sobre os recentes eventos que a prática de desinformação na internet pode gerar em toda a sociedade.

Vivenciamos atualmente uma crescente polarização e radicalização nunca antes vista e tudo isso supostamente chancelado pelo livre exercício da manifestação do pensamento, eis que, como exposto, há uma interpretação de primazia a priori dessa garantia fundamental relegando a proteção dos demais direitos a indenização ou direito de resposta.

Entretanto no ambiente virtual em virtude da velocidade que se propaga a informação se agrava e se potencializa as consequências oriundas da prática da desinformação.

Busca-se, com isso, se contextualizar o que seria a desinformação fazendo uma análise histórica do fenômeno e posteriormente se pretende apresentar os principais elementos para se conceituar o que seria fake news afastando, assim, de fenômenos próximos que também tem o condão de gerar desinformação.

2 O CONFLITO ENTRE A LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE E A PRIMAZIA A PRIORI DA MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO

Antes de discorrermos sobre a liberdade de manifestação do pensamento cumpre discorrer sobre a liberdade de comunicação a qual engloba tanto esta como a liberdade de informação e a liberdade de informação jornalística. (SILVA, 2009).

O professor José Afonso da Silva, em sua aclamada obra Curso de Direito Positivo, conceitua liberdade de comunicação como “o conjunto de direitos, formas, processos e veículos, que possibilitam a coordenação desembaraçada da criação, expressão e difusão do pensamento e da informação.” (SILVA, 2009).

Nessa toada, a liberdade de expressão consistiria na possibilidade de se exteriorizar seja para pessoas presentes em um diálogo, seja para ausentes quando se é endereçado por algum meio físico como uma correspondência ou mesmo eletrônico através de um post em uma dada rede social.

A liberdade de expressão decorre da dignidade da pessoa humana como a possibilidade de qualquer pessoa manifestar a sua opinião sobre qualquer temática. Trata-se de um corolário da dignidade da pessoa humana, sendo ainda vista como uma forma democrática de controle do Estado por ser dado a todos a possibilidade de argumentar seja favoravelmente seja contra determinado debate político. (MENDES, 2011).

Desde a filosofia clássica desenvolvida por Aristóteles o homem é visto como um ser eminentemente político o qual tem na união de pessoas diversas como essencial para o pleno desenvolvimento de sua plenitude. Logo, justamente pelo fato de que em uma sociedade

democrática se pressupõe a igualdade de todos que a integram demonstra-se de suma importância garantir a todos o direito ao debate espondendo a sua opinião sobre os mais variados assuntos sem que seja realizada qualquer inferência estatal.

Internacionalmente a liberdade de manifestação do pensamento foi expressamente previsto na Declaração Universal de Direitos em seu artigo 18, o qual possui a seguinte redação: “todos temos o direito de decidir por nós mesmos, de pensarmos o que quisermos, de dizer o que pensamos, e de partilhar as nossas ideias com outras pessoas.”

Nesse mesmo sentido a Constituição Federal em seu artigo 5º, IV estabeleceu como livre a manifestação do pensamento vendando o anonimato.

O objetivo da norma constitucional ao vedar o anonimato é justamente no sentido de se privilegiar a manifestação do pensamento impossibilitando-se, assim, que seja imposta uma censura prévia sobre a opinião que se busca propagar possibilitando acaso se cause algum dano se busque a reparação a posteriori.

Nesse sentido é a lição de José Afonso da Silva em sua obra Curso de Direito Constitucional Positivo:

“A liberdade de manifestação do pensamento tem seu ônus, tal como o de manifestante identificar-se, assumir claramente a autoria do produto do pensamento manifestdo, para, em sendo o caso, responder por eventuais danos a terceiros. Daí por que a Constituição veda o anonimato.”

A liberdade de informação, por sua vez, deve ser vista como o acesso e a difusão de idéias por qualquer meio, tendo como corolário a liberdade de informação jornalística a qual alcança qualquer forma de propagação da manifestação do pensamento ou opinião.

Como decorrência da liberdade de informação surge o direito de informar o público em geral sobre acontecimentos e idéias e o dever de se observar a objetividade sem que interferências pessoais daquele que propaga a mensagem interfiram no conteúdo. Dessa forma, tem-se como limite para o direito de informar a observância da verdade, ou seja, a correspondencia direta com o plano fático evitando-se que a notícia propagada contenha informações destoante com o que realmente aconteceu.

Esse cenário demonstra a função social que o direito de informar possui, visto que a informação passada terá o condão de influir no processo de formação da opinião a qual também deve ser vista como uma liberdade constitucional antecedente, inclusive, a manifestação do pensamento. Isto, porque, em um primeiro momento a pessoa busca informação sobre

determinado acontecimento para que possa formar a sua opinião podendo exercer consequentemente expressá-la ou não.

Toda essa conjectura ligada a formação da convocação em um sociedade democrática que por natureza se predomina a convivência de cidadãos iguais capazes de influir no processo político fez com que a liberdade de expressão fosse interpretada como um direito fundamental com uma certa primazia sobre os demais exigindo, como consequência, um maior esforço hermenêutico para ser relativizado. (CHEQUER, 2020).

Esse foi, inclusive, um dos fundamentos utilizados pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 130 para considerar a Lei de Imprensa incompatível com a Constituição Federal, vejamos parte do acórdão relatado pelo Ministro Carlos Ayres Brito:

“Outra não podia ser a escolha da nossa Lei Maior, em termos operacionais, pois sem essa absoluta primazia do que temos chamado de sobredireitos fundamentais sobejariam falsas desculpas, sofismas, alegações meramente retóricas para, a todo instante, crucificá-los no madeiro da mais virulenta reação por parte dos espíritos renitentemente autoritários, antiéticos, ou obscurantistas, quando não concomitantemente autoritários, antiéticos e obscurantistas. Inimigos figadais, por consequência, da democracia e da imprensa livre. Do que aflora a nítida compreensão de que os bens jurídicos em confronto são daqueles que, em parte, se caracterizam por uma recíproca exclusão no tempo. A opção que se apresentou ao Poder Constituinte de 1987/1988 foi do tipo radical, no sentido de que não era possível, no tema, servir ao mesmo tempo a dois senhores. Onde a precedência que se conferiu ao pensamento e à expressão, resolvendo-se tudo o mais em direito de resposta, ações de indenização e desencadeamento da chamada *persecutio criminis*, quando for o caso”

Nesse mesmo sentido é a lição da professora Tatiana Stroppa e do professor Walter Claudius Rotherburg no artigo *Liberdade de Expressão e Discurso de Ódio: o conflito discursivo nas redes sociais*

“Na verdade, em um ambiente democrático, ainda que não se deva afirmar a primazia absoluta e definitiva de algum direito fundamental, há aqueles que têm um destaque relativo, gozam de preferência inicial e cobram razões especialmente fortes para justificar-lhes a restrição. Tal é a situação da liberdade de expressão que, tanto em sua perspectiva individual, como na coletiva, serve de fundamento para o exercício de outros direitos fundamentais

e para a própria democracia enquanto regime que requer a formação de uma opinião pública livre” (STROPA,2015).

No mundo que vivemos atualmente, com o avanço expressivo da tecnologia atingindo de sobremaneira a forma das pessoas se comunicarem a difusão da informação em grande escala deixou de ficar restrita aos meios de comunicação tradicionais como os grandes jornais com distribuição nacional e a televisão.

As redes sociais passaram a ter um papel de suma importância, tendo em vista que é nela que grande parte da população busca o acesso a informação para que assim possa formar sua opinião sobre um determinado fato.

A questão ainda se agrava se analisarmos que com a difusão do acesso a internet temos a possibilidade de qualquer cidadão ser um gerador de conteúdo em grande escala, o que antes acabava restrito aos meios de comunicação tradicionais como rádio, televisão e jornais os quais como invariavelmente passam por processos de verificação da fonte e outras técnicas atinentes ao exercício profissional do jornalismo sendo cenário propício para o surgimento de desinformação eis que a geração de conteúdo não está intimamente intrínseca a função social atinente ao dever de informar.

Vejamos a lição dos professores:

“Embora existam os veículos de informação e notícia tradicionais como os jornais impressos e televisivos ou sites de conteúdo específico jornalístico, as redes sociais tem representado um grande meio de circulação e busca de notícias e informação, ela passa a assumir status de fonte de conteúdo e busca por informação e notícia.

Segundo uma pesquisa do centro americano de informações Pew Research and Media, 62% dos adultos americanos buscam ou consultam informação por meio de redes sociais, dentre as quais se destacam o Facebook e o Twitter. Esse número evidencia uma realidade que preocupa, já que nessas redes sociais qualquer pessoa pode ser um criador de conteúdo, bastando apenas que possua uma conta ativa ou às vezes nem isso.” (STROPA,2015).

Acrescente-se, ainda, que o Marco Cível da Internet estipula como um de seus basilares o princípio da liberdade de expressão como um de seus princípios básicos em seu artigo 2, tendo em vista que a rede mundial de computadores foi pensada como um local em que se facilita a manifestação do pensamento idealizando, com isso, a democratização do debate de ideias.

A prevalência da livre manifestação do pensamento fica latente se analisarmos que a opção do legislador quando da responsabilização dos provedores de aplicação por conteúdos gerados por terceiros foi a de que somente seria possível após a notificação judicial, ou seja, somente haverá responsabilidade caso haja o descumprimento de decisão que determina a retirada de conteúdo e identificação daquele que propagou conteúdo violador de direito de outrem. (STROPA, 2015).

No entanto, ao contrário do que se pretendia com a edição do Marco Cível, o efeito que se obteve é a idéia de que a liberdade de expressão seria um *supra* princípio servindo de base para a propagação de desinformação como as fake news. (FAUSTINO, 2020).

É certo que no modelo social que vivenciamos atualmente marcado por uma fase pós industrial em que a informação passa a ter papel de sobreimportância o exercício de liberdades individuais, como a de comunicação, deve ser analisada conjuntamente com a possibilidade de conflito com outras constitucionalmente garantidas também sob o risco de se causar um grave risco a danos de considerável espectro.

Nesse sentido é a lição do professor Danilo Donedá em sua aclamada obra *Da Privacidade e à Proteção de Dados*:

“Para o Direito, esta crescente importância se traduz no fato de que uma considerável parcela das liberdades individuais hoje são concretamente exercidas em estruturas ou plataformas nas quais a comunicação e a informação possuem papel relevante. De fato, um retrato bastante representativo de elementos fundamentais da estrutura social pode ser traçado a partir da informação, compreendendo, por exemplo, desde a problemática da propriedade dos meios de comunicação, a liberdade de informação, de expressão e de imprensa, a caracterização da informação como um bem jurídico, o direito à informação e até a propriedade intelectual como ferramenta de incentivo (ou de embaraço) à livre circulação de informações, entre outros. Qualquer um destes enfoques, isoladamente considerado, pode ser acusado de unilateral, dado que o problema da informação é integrado e complexo. Desconsiderar os focos de tensão entre os interesses conflitantes, vários deles constitucionalmente legitimados, implica em um risco considerável.” (DONEDÁ, 2020).

Concluiu-se que no cenário atual de desenvolvimento social deve se compatibilizar a liberdade de comunicação com outras liberdades constitucionalmente assegurado para que assim se busque uma maior completude no convívio social evitando que o livre exercício de

um direito como a livre manifestação do pensamento prejudique outros de igual importância ainda mais se considerarmos que a evolução da tecnologia trouxe uma maior velocidade ao fluxo de informações o que potencializa e agrava os danos oriundos.

3 A PRIVACIDADE EM UMA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO MARCADA PELO CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA

A Constituição Federal consagra o direito a intimidade e a privacidade com status de direito fundamental em seu artigo 5º, X garantindo a inviabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Historicamente a privacidade surgiu atrelada ao direito de estar só em uma visão dicotômica que separava as relações entre públicas e privadas existindo, assim, atividades que seriam realizadas em público e outras na esfera íntima não levando a conhecimento do público.

Nesse sentido é o entendimento consagrado pelos professores Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gonet Branco, senão vejamos:

“ A reclusão periódica à vida privada é uma necessidade de todo homem, para sua própria saúde mental. Além disso, sem privacidade, não há condições propícias para o desenvolvimento livre da personalidade. Estar submetido ao constante crivo da observação alheia dificulta o enfrentamento de novos desafios. A exposição diuturna dos nossos erros, dificuldades e fracassos à crítica e à curiosidade permanente de terceiros, e ao ridículo público mesmo inibiria toda a tentativa de autossuperação.” (MENDES, 2011).

O conceito de privacidade é definido como a liberdade da pessoa definir qual informação, tendo como seu único critério a sua liberalidade, será mantida sob sigilo ou não bem como em quais condições isso se dará. (SILVA, 2008).

Justamente com base nessa ideia que toda pessoa tem a sua casa como o espaço para que se afastar da avaliação do público em geral podendo, assim, se retirar mantendo-se sozinho para que assim possa refletir e somente retornar ao público quando estiver apto para debater sobre os mais variados assuntos.

É, inclusive, com base nesta linha que se propaga a teoria das esferas quando se busca discorrer sobre o direito a privacidade segundo a qual as informações sobre determinada pessoa se divide em esferas com maior e menor grau de acesso existindo, assim, aspectos que

interessam somente a própria pessoa consistindo em segredos íntimos enquanto que outros de acesso público. (BIONI, 2019).

Nessa toada, a privacidade é vista como uma liberdade negativa estando a espera de que o indivíduo delimite o que deve e o que não deve ser excluído do domínio público.

Com o desenvolvimento da sociedade passando a tecnologia a conquistar um papel de destaque e influência na vida das pessoas, a separação existência entre a esfera pública e privada não se mostra mais crível e possível.

Nos dias atuais as pessoas utilizam seus *smartphones* para praticamente todas as atividades como acesso a informação, entretenimento, trabalho e até relacionamento social. Pesquisas apontam o Brasil como o segundo país no mundo com maior número de acesso a internet chegando a 6 (seis) hora e 42 (quarenta e dois) minutos por dia, tendo o celular como principal meio de acesso.

Toda essa atividade acaba invariavelmente registrada na rede resultando em uma gama de dados da vida das pessoas como quais locais costuma frequentar, quais são suas preferências culinárias, quais são as pessoas que convive entre outros mais variados dados. Trata-se de um fenômeno intitulado de datificação da vida humana, ou seja, resultar todos os atos das pessoas em dados.

Esse fenômeno tende ainda a se intensificar a evolução da Internet das Coisas (Internet Of Things/IOT) possibilitando, assim, que os mais diversos aparelhos estejam conectados a internet como geladeira, cafeteira, itens de vestuários como smartwatch e até mesmo tenis entre outros.

O Professor Bruno Ricardo Bioni ao analisar o fenômeno acima chega a afirmar que tudo que está no mundo off-line terá como tendência de ser integrado no online e com isso aumentar ainda mais a produção de dados.

Essa gama de informação das pessoas possibilita que seja traçado um perfil de cada pessoa e com isso direcionado não somente produtos e serviços, mas sim informações fazendo com que a pessoa somente receba conteúdos com os quais está propensa a concordar visto que foi produzido segundo dados extraídos de seus acessos a rede mundial de computadores.

O perfilamento das pessoas pode levar a doutrinação criando-se um divisor em grupos suplantando com isso a diversidade necessária para eclosão de um debate havendo o surgimento do famoso nós e eles.

“Doutrina-se a pessoa com um conteúdo e uma informação que giram em torno dos interesses inferindo por intermédio dos seus dados, formando-se uma bolha

que impossibilita o contato com informações diferentes ocasionais e fortuitas, que escapariam dessa catalogação.”(BIONI, 2019, pg. 88).

Buscando regular essa situação pode-se apontar a Europa como pioneira com a edição de documentos regulando o tratamento de dados, que resultou a GDPR a qual foi inclusive base para edição de diplomas normativos no mundo como no Brasil. Posteriormente é importante apontar legislações como no Chile, Argentina e Uruguai.

O Brasil, no que pese garantir a privacidade como um direito fundamental na sua Constituição Federal e também existirem leis como a do cadastro positivo e o Código de Defesa do Consumidor, teve no Marco Cível da Internet uma importante virada para proteção das pessoas no ambiente virtual.

O Marco Cível da Internet foi editado tendo com um dos seus princípios ao lado da liberdade de expressão como a proteção de intimidade e a privacidade buscando-se, com isso, uma compatibilização entre tais garantias individuais ligadas a dignidade da pessoa humana.

Seguindo essa mesma linha foi promulgada Lei Geral de Proteção de Dados que em seu artigo 2º também elencou a privacidade como um de seus fundamentos ao lado liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião.

Isso demonstra que o conceito de privacidade na sociedade atual não pode ser vista única e exclusivamente como o direito a ser deixado só, mas sim relacionada a possibilidade efetiva do controle de quais informações e de quem se está admitindo na esfera mais íntima da pessoa.

Em comentários feitos a Lei Geral de Proteção de Dados os professores Ricardo Oliveira e Márcio Cots assim concluíram:

“Se em 1880 o juiz americano Thomas Cooley, em sua obra denominada “A Treatise on the Law of Torts”, definiu a privacidade como o “direito de ser deixado só”, cunhando uma conceituação amplamente utilizada para a privacidade, atualmente se entende que não se trata apenas da solidão ou isolamento, mas de propiciar com que a pessoa controle quem está admitindo na esfera da sua vida privada, e ainda mais, poder permitir e proibir a incursão de terceiros.

Nesse sentido, a LGPD fez bem em não isolar o indivíduo para garantir a privacidade, mas previu ferramentas para que ele admita quem bem entender sem sua vida privada, bem como a forma dessa admissão”(COTS, 2018).

Justamente nessa idéia que surge o conceito de autodeterminação informativa, complementando a ideia de privacidade nos moldes de seu atual estado evolutivo trazendo como a possibilidade de todo cidadão de ter acesso ao que será feito com seus dados desdobrando assim e mais um direito do usuário.

O estudo da privacidade em uma sociedade da informação aliado a autodeterminação informativa tem como escopo principal evitar que a pessoa resulte em uma simples informação.

Toda essa situação decorrente do poder do acesso aos dados gerando, inclusive, a possibilidade de perfilamento das pessoas acaba por gerar não somente uma ruptura na base conceitual do conceito clássico de privacidade o qual é baseada na dicotomia entre o público e o privado como também possibilitar o surgimento de um novo direito da personalidade já que os dados pessoais acabam resultando em uma projeção da personalidade. (BIONI, 2019)

O perfilamento do usuário quando aliado a comunicação eivada da prática de desinformação tão costumeiramente conhecida como *fakenews* acentua gravemente a possibilidade de riscos a democracia resultando em danos imensuráveis a toda a sociedade. Com a técnica citada é possível direcionar conteúdos mais propensos a aceitação, já que resulta de uma análise dos dados gerados na internet decorrente de seu hábito de pesquisa.

Isso tudo acaba resultando em um compartilhamento sem maior preocupação com a veracidade da informação tendo como resultado o afã de confirmar seu pensamento perante o seu meio social prejudicando de sobremaneira o processo democrático o qual é marcado pela difusão de idéias diversas e pelo constante debate. (TOFFOLI, 2019)

Como já ressaltado a liberdade de manifestação do pensamento deve ser analisada como uma importante conquista para o processo democrático devendo, como consequência ser privilegiada, no entanto essa análise deve ser feita em conjunto com outros direitos da personalidade como a privacidade e bem como a autodeterminação informativa.

O processo formação do conhecimento passa invariavelmente pela busca de informação e quando esta está eivada de inverdades prejudica de sobremaneira a democracia e consequentemente toda a coletividade. Nessa toada é a lição do professor André Faustino, senão vejamos:

“[...]o direito à informação deve guardar relação com a verdade, já que se relaciona com a coletividade, dessa forma a informação que não guarde relação com a verdade pode provocar danos sociais, já que seu alvo é justamente a coletividade” (FAUSTINO, 2020).

Conclui-se que deve se partir da premissa teórica de que não há direito fundamental absoluto ou mesmo com primazia, sendo assim deve se analisar a liberdade de manifestação do pensamento considerando a possibilidade da utilização de dados extraídos da internet levar a perfilamento das pessoas e consequentemente direcionamento de conteúdo com o objetivo de formar uma determinada opinião praticamente como uma massa de manobra trazendo como consequência graves danos ao processo democrático e ao debate já que toda a livre determinação acaba invariavelmente atacada.

4 A PRÁTICA DE DESINFORMAÇÃO PERPETUADA ATRAVÉS DAS FAKENEWS COMO UM DANO SOCIAL

Como colocado no capítulo anterior o estado atual da tecnologia aliada a sua utilização cada vez mais intensificada tem gerado o que é intitulado pela doutrina como datificação, sendo esse fenômeno resultante da extração de dados de consumo na internet como local em que o usuário frequenta, o que costuma se alimentar, com quem geralmente convive além de quem suas preferências políticas.

Todas essas informações possibilitam a criação de um perfil e a criação de um conteúdo personalizado e destoante da realidade capaz de direcionar as pessoas a determinada conclusão que vem ao encontro de suas convicções pessoais.

Isso tudo acaba aniquilando com o processo democrático levando o surgimento de prática nefastas como o discurso de ódio marcada eminentemente pela segregação da sociedade acirrando a polarização e o radicalismo tão prejudiciais ao processo democrático o que pode ser evidenciado no Brasil e em vários países do mundo. (SARLET, 2020)

Antes de discorrermos sobre a definição da prática da desinformação cumpre contextualizar e conceituar o fenômeno.

Primeiramente, cumpre destacar que esta prática não é algo novo eminentemente ligado a tecnologia existindo relatos da utilização da desinformação desde os primórdios da sociedade.

O filósofo contemporâneo Yuval Noah Harari em sua aclamada obra *21 Lições para o Século 21* ao fazer uma análise de acontecimentos históricos conclui que desde sempre a existência de mitos são utilizada para disseminar ficções e unir pessoas.

“Os humanos sempre viveram na era da pós-verdade. O Homosaiens é uma espécie da pós verdade, cujo poder depende de criar ficções e acreditar nelas.

Desde a Idade da Pedra, mitos que se autorreforçavam serviram para unir coletivos humanos. Realmente, o *Homo sapiens* conquistou esse planeta graças, acima de tudo, à capacidade exclusiva dos humanos de criar e disseminar ficções. (HARARI, 2018).

O autor segue em sua obra discorrendo como mitos sem qualquer evidência científica que resultaram na união de pessoas em prol de uma determinada causa.

Em algumas situações a criação dessas ficções tem o condão de benevolência como acontece com algumas histórias religiosas, no entanto de igual modo também podem ter o condão de produzir graves danos. Na obra objeto de análise o autor rememora o fato de que em 1255 foi atribuído o assassinato de um menino de 09 anos chamado Hufh a um ritual religioso judeu mesmo sem que existisse qualquer rede social como *facebook* e *o twiter*.

Situações como essas foram praticadas na propaganda nazista resultado da prática de repetir por várias e várias vezes uma determinada situação para que com isso traga a ela veracidade.

Fica claro, portanto, que a prática de desinformação como meio para manipulação da massa popular não é um evento advindo no mundo moderno ao contrário trata-se de situação que sempre ocorreu desde os primórdios da humanidade como forma de agregação social.

De todo modo, é inegável que com a velocidade que as informações se propagam na sociedade atual intitulada como sociedade da informação decorrente da utilização em massa da internet agravou ainda mais essa situação facilitando a propagação da desinformação aumentando de maneira significativa os danos por ela ocasionados.

O termo *fake news* passou a ser difundido e amplamente utilizado após a campanha presidencial de Donald Trump a presidência dos Estados Unidos, sendo utilizado sem qualquer critério conceitual banalizando assim a sua utilização levando a configuração de que tudo poderia ser enquadrado como *fake news* e consequente nada o fosse.

O Professor Fabio Zanini em artigo intitulado *Fake News: Como a Direita e a Esquerda Exploram o Termo de Forma Ideológica* publicado no livro *Fake News: a conexão entre a desinformação e o direito* aponta a necessidade da presença de três requisitos para que seja considerada como uma “fake news legítima”: falsidade da informação, propósito malicioso e distribuição em larga escala.

Com isso não é qualquer informação equivocada que pode ser considerada como *fake news*, sendo necessário outras nuances para sua ocorrência como a intenção de gerar prejuízo ou benefício indevido a alguém o que afasta o simples compartilhamento equivocado seja nas

redes sociais ou em aplicativo de mensagens instantâneas da delimitação e consequentemente da responsabilização decorrente dos danos oriundos.

No mesmo sentido, questões ligadas a equívocos de veículos da imprensa tradicional também devem ser afastada do conceito de *fake news*.

É certo que a prática jornalista exige que seja observado os fatos devendo a notícia ser propagada com objetividade buscando com isso afastar-se de subjetividade. Muitas vezes no afã de se buscar o furo de reportagem, jargão jornalístico ligado a levar a informação em primeira mão saindo na frente de veículos de informação concorrentes, acaba levando a algum equívoco na preparação da matéria e consequente a graves danos.

Comumente citado como caso de grande repercussão de falha tanto no direito como na propagação da notícia o caso da Escola Base, que antes mesmo de uma maior apuração foram divulgadas informações que se mostraram com o desenrolar da história inverídicas e que inegavelmente acabaram gerando um grave danos aos envolvidos.

Não obstante a inegável gravidade dessa situação, não há como se apontar a existência de um propósito malicioso, sendo assim não há como se enquadrar essa situação, apesar da existência da falsidade da informação, como *fake news*.

Nesse sentido, vejamos a lição dos jornalistas Denise C. Paiero, André C. T Santoro e Rafael F. Santos do vinculados ao curso de jornalismo na Universidade Presbiteriana Mackenzie em artigo intitulado *As Fake News e os Paradigmas do Relato Jornalístico* na obra *Fake News: a conexão entre a desinformação e o direito*:

“ As notícias falsas distinguem-se dos erros acidentais justamente por sua natureza de origem fraudulenta. Apesar de terem conquistado um espaço relevante especialmente depois da campanha de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, as *fake news*, que fazem parte do cenário da pós verdade, não são um fenômeno recente no jornalismo, embora tenham se beneficiado enormemente da velocidade cada vez maior de propagação de informações na internet de forma geral mais especificamente nas redes sociais e nos aplicativos de mensagens instantâneas.” (RAIS, 2018).

Conclui-se que deve-se observar o elemento subjetivo da vontade do agente que propaga a notícia, ou seja, a sua real intenção. Não havendo o que se falar em *fake news* quando ainda que propagado a divulgação de notícia falsa inexistente o objetivo de causar prejuízo a terceiro.

Nessa toada, também não se pode apontar como autor de desinformação qualquer pessoa que teve acesso a notícia fraudulenta a qual pode até mesmo consistir em fakenews pelo fato do emissor da mensagem ter como objetivo principal dissipar conteúdo para prejudicar alguém se inexistir a finalidade ao repassar o conteúdo de prejudicar outrem.

Por sua vez, com relação a distribuição em larga escala apontado como requisito para configuração da desinformação temos que com a utilização das redes sociais e aplicativos para troca de mensagens instantâneas nunca se atingiu uma velocidade tão grande na distribuição de conteúdo.

Um efeito da velocidade decorrente da utilização da tecnologia é a equiparação conteúdo verdadeiro e relevante produzido com chegada de fontes e revisão jornalística com a desinformação que invariavelmente tem um custo significativamente menor. Essa questão aliada falta de propensão das pessoas a assumir o custo para consumir informações verdadeiras cria um ambiente propício para a propagação de fakenews.

Essa questão foi identificada pelo professor:

“O alto custo existente para a circulação de informações verdadeiras e de qualidade combinado com a pouca disposição das pessoas, de forma geral, em arcar com estes custos, cria um ambiente perigosamente fértil para circulação das fake news, uma vez que informações falsas para circular, custam menos tempo, menos dinheiro e atraem muito mais atenção e o interesse das pessoas em compartilhá-las.” (RAIS, 2018).

A questão do custo da informação perpassa tanto pelo emissor quanto pelo receptor, afinal enquanto esse terá todo o trabalho para buscar fontes, checar a veracidade do conteúdo bem como produzir uma mensagem que de fato se conecte com o receptor esse também terá o ônus ao receber uma informação qualificada terá o custo para que a informação seja assimilada demandando uma melhor formação e um maior tempo de leitura.

Situação diversa acontece quando propagada uma desinformação afinal por não terem qualquer comprometimento com o receptor, tendo como principal escopo causar dano, possuem custo inferior tanto para o emissor quanto para o receptor.

Uma política de combate a desinformação deve ter em mente essa equação, sendo assim o custo da informação deve ser cada vez menor. Entendidos como uma das principais variáveis possibilitar melhor educação para a população, afinal somente com uma melhor formação o receptor poderá separar qual informação merece credibilidade tendo assim condições para refutar qualquer influência as fake news.

Nesse sentido a professora Patrícia Blanco em artigo Educação no Combate à Desinformação publicada na obra Fake News: a conexão entre a desinformação e o direito.

“Uma sociedade alfabetizada midiaticamente promove também o desenvolvimento de mídias livres, independentes e pluralistas, e de sistemas abertos de informação, tão necessários para a democracia. Além disso, a educação midiática deve ser vista como uma ferramenta essencial para facilitar o diálogo intercultural, a cultura de paz e a compreensão mútua e cultura entre os povos, reduzindo assim a intolerância e o discurso de ódio.” (RAIS, 2018).

Aliado a uma melhora na educação dos cidadãos também deve se buscar através da tecnologia ferramentas para identificação e responsabilização pela prática de fake news evitando, com isso, a propagação de conteúdo dessa jaez.

O Marco Cível da Internet determina em seu artigo 19, que os provedores de aplicação somente poderão ser responsabilizados se não cumprirem com o dever de identificação daqueles que publicaram o conteúdo.

Esse sistema pode acabar não criando estímulos para surgimento de tecnologias que de fato coibam a propagação de fake news, afinal o provedor de aplicação se exime de qualquer obrigação com a simples identificação do produtor do conteúdo.

Acrescente-se, ainda, que a demora na remoção do conteúdo afinal somente com determinação judicial surge a obrigação de retirar o conteúdo agrava ainda mais os danos propagados.

Entretando, não objeto do presente estudo, analisar pormenorizadamente o sistema de responsabilidade cível decorrente de conteúdo de terceiros adotado pelo Marco Cível da Internet, sendo assim por esse motivo não iremos adentrar profundamente sobre o tema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o advento da internet e a possibilidade de criação de conteúdo por qualquer usuário afirma-se que haveria uma maior democratização, já que se possibilitaria uma maior participação de toda a população com opiniões sobre os mais variados assuntos e não somente a pequenos grupos.

É inegável que a tecnologia de fato possibilitou que todo usuário da internet pudesse propagar opiniões diferenciando-se do modelo tradicional em que para tanto existia todo um

controle editorial sobre a veracidade e qualidade da informação propagada aliada a maior facilidade de identificação do emissor da opinião.

Nesse sentido, justamente com o ímpeto de se estimular o exercício da livre manifestação do pensamento, o Supremo Tribunal Federal tem lhe atribuído um caráter praticamente preferencial sobre os demais direitos fundamentais relegando para o direito a retratação e a indenização a possibilidade a sua restrição. Sob essa fundamentação a corte constitucional brasileira julgou como conflitante com a Constituição Federal a Lei de Imprensa, que exigia para o exercício da profissão de jornalista diploma.

Esse cenário aliado a sensação de anonimato criado na internet criou um terreno fértil para a prática de fake news, visto que qualquer pessoa poderia produzir conteúdo com larga escala de distribuição sob um custo baixo.

As fake news ainda encontraram na população brasileira pouco interesse na busca da informação de qualidade decorrente da baixa qualidade da educação fornecida pelo Estado, tendo como resultado que as redes sociais e os aplicativos de mensagens instantâneas como principais ferramentas para busca de informação mesmo não sendo idealizado com essa finalidade.

Temos, ainda, um sistema judicial adotado pelo Marco Cível da Internet que exige de responsabilidade o provedor de aplicação após a simples identificação do usuário bem como determina que o conteúdo perpetuado por terceiro somente é retirado após a notificação judicial podendo, com isso, aumentar significativamente os danos em virtude da demora da resposta judicial.

A conclusão que se extrai do presente estudo é a necessidade de se repensar algumas das bases teóricas apotadas ainda mais se levarmos em consideração que com o avanço da tecnologia o poder de convencimento das fake news será ainda maior.

O primeiro ponto seria inegavelmente uma melhora na educação, afinal com uma educação midiática é possível formar cidadãos com possibilidade de questionar a veracidade da informação bem como exercer maior poder de convencimento perante seu círculo social.

Também não devemos nos esquecer da necessidade de repressão da prática da desinformação.

Para tanto primeiramente é necessária a definição do que pode ser conceituado como fake news pelo legislador estabelecendo critérios para diferenciar a simples notícia falsa da prática nefasta e danosa de propagar conteúdo sabidamente falso com o único escopo de prejudicar outrem.

De igual modo questiona-se se o sistema judicial adotado pelo Marco Civil da Internet tem o condão de tratar sobre as fake news, afinal não se trata de um simples conteúdo com danos individuais tendo em vista que os efeitos da desinformação atingem toda a sociedade sendo, inclusive, uma ameaça ao processo democrático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Daniel Evangelista Vasconcelos. **Shadow profiles e a Privacidade na Internet: a coleta de dados pessoais de usuários e não usuários das redes sociais**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

ALMEIDA, Juliana Evangelista de; ALMEIDA, Daniel Evangelista Vasconcelos. **A ditadura do algoritmo e a proteção da pessoa humana: uma análise do controle do Si eletrônico**. Revista de Direito Privado: RDPriv, São Paulo, v. 17, n. 69, p. 29- 43, set. 2016.

BIONI, Bruno Ricardo. **Proteção de Dados Pessoais: a função e os limites do consentimento**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

CHEQUER, Cláudio. **Liberdade de expressão como direito fundamental preferencial "prima facie"**. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/liberdade-de-expressao-como-direitofundamental-preferencial-prima-facie/5776>. Acesso em: 01 ago. 2020.

COTS, Márcio; OLIVEIRA, Ricardo. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais Comentada**. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

DONEDÁ, Danilo. **Da Privacidade à Proteção de Dados Pessoais**. Editora Revista dos Tribunais: 2ª Edição, 2020.

FLUMIGNAN, Wevertton Gabriel Gomes; LISBOA, Roberto Senise. **A Responsabilidade Civil dos Provedores de Internet pela Supressão de Notícias Falsas sobre Saúde Pública**. Revista dos Tribunais on line. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Wevertton_Flumignan3/publication/342366021_A_responsabilidade_civil_dos_provedores_de_internet_pela_supressao_de_noticias_falsas_sobre_saude_publica_The_civil_liability_of_internet_providers_for_suppressing_fake_news_about_public_health/links/5ef133fd299bf1faac6f21b0/A-responsabilidade-civil-dos-provedores-de-internet-pela-supressao-de-noticias-falsas-sobre-saude-publica-The-civil-liability-of-internet-providers-for-suppressing-fake-news-about-public-health.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.

GUIMARÃES, Glayder Daywerth Pereira; SILVA, Michael César. **Fake News à Luz da Responsabilidade Civil Digital: o surgimento de um novo dano social**. Revista Jurídica, vol 16, n.2, p 99-114.

HARARI, Yuval Noah. **21 Lições para o Século 21**. Tradução Paulo Geinger. Companhia das Letras. Editora Schwarcz S.A. São Paulo. 2018.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. Editora Saraiva: 6ª Edição, 2011.

MENDONÇA, Fernanda Graebin. **O Direito à Autodeterminação Informativa: A (des)Necessidade de Criação de um Novo Direito Fundamental Para a Proteção de Dados Pessoais no Brasil**. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-direito-%C3%A0-autodetermina%C3%A7%C3%A3o-informativa-desnece>. Acesso em 14 set. 2020.

NERY JUNIOR, Nelson; ABOUD, Georges; CAMPOS, Ricardo. **Fake News e regulação**. São Paulo: Editoria Revista dos Tribunais, 2020.

OLIVEIRA, Jose Antonio Milagra de; JESUS, Damásio Evangelista de. **Marco Civil da Internet: comentários à Lei n. 12.965 de 23 de abril de 2014**. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2014.

RAIS, Diogo. **Fake News: a conexão entre a desinformação e o direito**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2020.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Liberdade de expressão e o problema da regulação do discurso de ódio nas mídias sociais**. Revista de Estudos Institucionais, V. 5, n.3, 2019. Disponível em: <https://estudosinstitucionais.com/REI/article/view/428>. Acesso em 03 ago. 2020.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Proteção da personalidade no ambiente digital: uma análise à luz do caso do assim chamado Direito ao Esquecimento no Brasil**. Espaço Jurídico of Law. Disponível em <https://doi.org/10.18593/ejil.v19i2.17557> Acesso em 03 ago. 2020.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. Editora Malheiros: 32ª Edição, São Paulo, 2008.

SOUZA, Affonso Carlos; LEMOS, Ricardo. **Marco Cível da Internet: Construção e Aplicação**. Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2016.

STROPA, Tatiana; ROTHERBURG, Walter Claudius. **Liberdade de Expressão e Discurso de Ódio: o conflito discursivo nas redes sociais**. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, v. 10, n.2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/revistadireito/article/view/19463>. Acesso em: 14 set. 2020.

ZUBOFF, Shoshana. **Big Other: Surveillance Capitalism and the Prospects of an Information Civilization** (April 4, 2015). Journal of Information Technology. n. 30, p. 75–89. doi:10.1057/jit.2015.5. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2594754>. Acesso em: 10 set. 2020.